

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro



janeiro/2020

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

“Semestre Europeu” é o ciclo de coordenação das políticas económicas, orçamentais e de emprego na União Europeia (UE), que faz parte do enquadramento de governação económica da União desde 2010. Os objetivos principais passam por contribuir para garantir a solidez das finanças públicas (défices públicos excessivos), prevenir desequilíbrios macroeconómicos excessivos na UE, apoiar reformas estruturais a fim de criar mais emprego e crescimento e estimular o investimento.

Deste modo, o Semestre Europeu abrange três blocos de coordenação das políticas económicas:

- as reformas estruturais, centradas na promoção do crescimento e do emprego de acordo com a Estratégia Europa 2020 (EE 2020);
- as políticas orçamentais, para garantir a sustentabilidade das finanças públicas de acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento;
- a prevenção de desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

Este processo inicia-se em novembro de cada ano, com a apresentação pela Comissão do Pacote de Outono (onde são estabelecidas as prioridades económicas gerais para a UE e definidas as orientações políticas para o ano seguinte dirigidas aos governos nacionais) e termina em julho do ano seguinte, com o Conselho da UE a adotar as recomendações específicas por país (REP) e a convidar os Estados-Membros a implementá-las. Estas recomendações combinam recomendações em matéria económica e de emprego, com pareceres do Conselho sobre os Programas de Estabilidade e de Convergência e, em certos casos, com recomendações sobre a parte preventiva do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

1. Semestre Europeu 2019

A Análise Anual do Crescimento para 2019, documento integrante do Pacote de Outono, evidencia desde logo a vontade europeia de reforçar a ligação entre o Semestre Europeu e o financiamento da política de coesão no futuro, até como forma de potenciar as sinergias e complementaridades entre estes processos.

Com a avaliação das necessidades de investimento, proposta pelos serviços da Comissão no **Relatório relativo a Portugal de 2019**¹, pretendia-se apoiar a programação para 2021-2027, incluindo - quando relevante - dimensões setoriais e regionais. Efetivamente, foram apresentadas várias análises para o nível regional ao longo do relatório, salientando-se as seguintes com referência concreta à Região Centro:

- Ao nível da educação: a taxa de repetição de ano é significativamente mais baixa no Centro e Norte face ao Sul e região da capital, fruto do resultado de medidas de promoção do sucesso escolar, apoio suplementar aos estudantes em risco de insucesso e aumento da oferta de ensino e formação profissionais, entre outras medidas; permanece, no entanto, a necessidade de modernizar e melhorar as infraestruturas públicas do ensino secundário, de modo a facilitar as condições de aprendizagem.
- Ao nível da demografia: o envelhecimento e despovoamento das zonas rurais e das zonas urbanas de menor dimensão, sendo um exemplo a Beira Baixa, torna estes territórios menos atrativos para as empresas e aumenta os custos dos serviços de interesse público, com a Comissão Europeia a defender estratégias de investimento destinadas a reforçar as ligações entre as zonas rurais e as zonas urbanas e respostas assentes em abordagens integradas e multissetoriais nos territórios funcionais.
- Ao nível do mercado de trabalho: há uma grande variação regional na taxa de desemprego, com o Centro a registar a taxa mais baixa, assim como na dinâmica da produtividade do trabalho (com a Área Metropolitana de Lisboa como a mais produtiva) ou na disponibilidade de mão de obra qualificada (novamente a AM Lisboa a destacar-se com os melhores resultados na conclusão do ensino superior).

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Relevam ainda outras referências às disparidades regionais, como a divergência do país relativamente à média europeia em termos de PIB per capita que, por sua vez, assenta numa forte diferenciação regional interna, refletida nos resultados obtidos pela AM Lisboa e as restantes regiões ou ainda entre as sub-regiões do litoral e do interior; ou ainda a situação social em termos de desigualdades e de pobreza, com os respetivos indicadores a variar também fortemente entre regiões, sobretudo entre a região da capital e as regiões autónomas.

É a partir deste diagnóstico dos serviços europeus, que incide sobre os estrangulamentos e necessidades identificadas ao nível do investimento e das disparidades regionais encontradas, que se enceta o diálogo entre Portugal e a Comissão Europeia sobre o próximo quadro de programação. Neste mesmo documento, no Anexo D, apresentam-se os pareceres preliminares dos serviços da Comissão sobre os domínios prioritários de investimento e as condições de base para uma execução eficaz da política de coesão no período 2021-2027. A Comissão assume que este não se trata de um trabalho exaustivo nem exclusivo, necessitando ainda de ser analisado em conjunto com as propostas de regulamentos dos fundos em questão.

Para o efeito, os domínios prioritários de investimento foram organizados de acordo com a abordagem estratégica prosseguida nas propostas de regulamentos, isto é, os onze objetivos temáticos utilizados no período de 2014-2020 foram simplificados e deram lugar a cinco objetivos de política (OP): **OP1. Uma Europa mais inteligente** - transformação industrial inovadora e inteligente; **OP2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica** - transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos; **OP3. Uma Europa mais conectada** - mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação; **OP4. Uma Europa mais social** - implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; **OP5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos** - promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

As necessidades de investimento identificadas foram classificadas em três categorias de prioridades, por ordem decrescente: necessidades de elevada prioridade, necessidades prioritárias e necessidades. Foram ainda identificados os fatores considerados necessários para a execução eficaz da política de coesão e que não coincidem obrigatoriamente com as 'condições favoráveis'.

Globalmente, nos 5 objetivos de política, a Comissão identificou **17 necessidades de investimento**: 4 necessidades de elevada prioridade, 12 necessidades prioritárias e 1 necessidade.

■ **Necessidades de investimento de elevada prioridade:**

- » Melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançada (OP1)
- » Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas (OP1)
- » Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e capacidade de resistência às catástrofes (OP2)
- » Melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos (OP4)

■ **Necessidades prioritárias de investimento:**

- » Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais e ainda para promover a inclusão digital (OP1)
- » Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo (OP1)
- » Promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis (OP2)
- » Promover a transição para a economia circular (OP2)
- » Desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal (OP3)

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

- » Promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável (OP3)
- » Melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho (OP4)
- » Promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar (OP4)
- » Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável (OP4)
- » Promover a inclusão ativa e combater a privação material; reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de proteção social (OP4)
- » Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas (OP5)
- » Promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas rurais e costeiras (OP5)

■ **Necessidade de investimento** para promover a gestão sustentável dos recursos hídricos (OP2)

A proposta apresentada pela Comissão vai ao encontro de muitas das expectativas e anseios do país e da região para a próxima década, uma vez que permitirá consolidar os progressos já alcançados em diferentes domínios, mas que ainda persistem enquanto desafios a enfrentar, como a competitividade, a inovação, as competências, o emprego sustentável, a inclusão social, a eficiência dos recursos ou as infraestruturas de transportes, entre outros.

Mais tarde, em junho de 2019, aquando da Comunicação da Comissão às instituições europeias sobre o Semestre Europeu 2019 e as respetivas REP endereçadas aos Estados-Membros, a Comissão afirma que “os benefícios do crescimento económico não

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

foram repartidos do mesmo modo entre as regiões; olhando para o futuro, os desafios socioeconómicos não afetam de forma idêntica todos os setores”². Assumindo que existem diferenças regionais que por vezes são ocultadas pelos resultados socioeconómicos nacionais, as recomendações emitidas em 2019 trazem referências às disparidades regionais e territoriais que urge enfrentar, em concreto a necessidade de identificar as necessidades específicas de investimento destas regiões para que se possa promover uma efetiva convergência económica e social, com a ajuda dos fundos da política de coesão para 2021–2027.

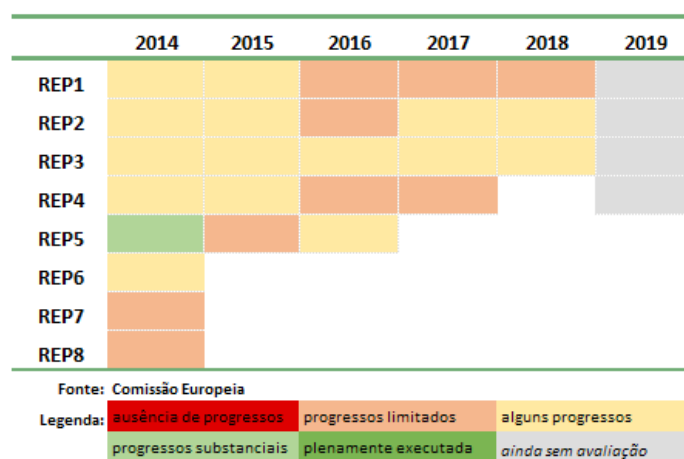
2. Recomendações específicas a Portugal

Entre 2011 e 2014, o país encontrou-se sob resgate financeiro, com o Plano de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) a assumir como objetivo a correção dos desequilíbrios orçamental e externo da economia portuguesa, resultando em impactos negativos na qualidade de vida da população portuguesa e do desenvolvimento harmonioso das regiões. Por esta mesma razão, Portugal não recebeu recomendações específicas ao país (REP) no âmbito do Semestre Europeu neste período, inclusive ficando isento da obrigação de apresentar o Programa Nacional de Reformas (PNR). Ainda assim, o país apresentou anualmente o progresso das metas assumidas no contexto da EE 2020 e procurou articular o contributo dos FEEI com as reformas e medidas apresentadas no PNR e com a prossecução das metas assumidas no âmbito da EE 2020.

Decorrida boa parte da implementação dos FEEI para 2014-2020, e tendo já sido encerrado o Procedimento por Défices Excessivos, Portugal está fortemente empenhado em continuar as suas reformas estruturais, em promover o investimento e em reforçar a sustentabilidade das finanças públicas, consolidando assim a recuperação económica e social já registada e refletida nas recomendações recebidas.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Figura 1. Avaliação das Recomendações específicas ao país, 2014-2019



O país tem vindo a evoluir favoravelmente nas recomendações recebidas (ver anexo 1), tendo registado o maior número logo após o término do PAEF, sendo que com o cumprimento das condicionalidades ex ante aplicáveis aos FEEI, algumas destas recomendações foram cumpridas³.

Nos dois anos seguintes, 2015 e 2016, Portugal recebeu cinco REP em cada ano: em 2015, uma registou progressos limitados e quatro registaram alguns progressos; em 2016, três registaram progressos limitados e duas registaram alguns progressos. Em 2017, recebeu quatro REP: duas avaliadas como tendo tido progressos limitados e duas com alguns progressos. Em 2018, o país recebeu apenas três REP: a primeira avaliada como tendo tido progressos limitados e as duas seguintes registando alguns progressos.

Já em 2019, Portugal recebeu quatro recomendações para o período 2019-2020, sendo duas delas fortemente orientadas para a programação do próximo quadro comunitário, REP 2 e 3.

Cada recomendação contém em si várias subrecomendações. Na Figura 2, estas aparecem detalhadas por grupos/domínios e áreas de política.

³Por exemplo, a REP6 referente aos transportes e energia, foi cumprida com a aprovação de estratégias nacionais (PETI 3+ em matéria de transportes e transposição da Diretiva de serviços em matéria energética), ambas relacionadas com a aprovação dos quadros estratégicos também subjacentes ao cumprimento das condicionalidades ex ante

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Figura 2. Avaliação das REP por grupo e área de política

Grupo	Áreas de política	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Finanças públicas e Tributação	Política fiscal e governação orçamental	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Sustentabilidade de longo-prazo das finanças públicas, incluindo pensões	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Redução da carga fiscal sobre trabalho	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Alargamento da base tributável (matéria coletável)	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Redução do desequilíbrio da dívida	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
Setor financeiro	Melhoria da administração de impostos, luta contra fraude fiscal e combate à elisão fiscal	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Serviços financeiros	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Mercado de habitação	ausência de progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Acesso a financiamento	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
Mercado de trabalho, Educação e Políticas Sociais	Dívida privada	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Legislação sobre proteção laboral & enquadramento dos contratos de trabalho	ausência de progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Subsídio de Desemprego	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Políticas Ativas de Emprego	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Incentivos ao trabalho, criação de emprego, participação no MT	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Salários e fixação de salários	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Cuidados à infância - Serviços de acolhimento	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Saúde e cuidados de longa duração	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Redução da pobreza & Inclusão social	ausência de progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
Sistema Educativo	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação	
Políticas Estruturais	Competências e Aprendizagem ao longo da vida	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Investigação & Inovação	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Concorrência & enquadramento regulamentar	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Concorrência no setor dos serviços	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Telecomunicações, serviços postais & serviços públicos de proximidade	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Energia, recursos & alteração climáticas	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
Administração Pública & ambiente empresarial	Transportes	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Ambiente empresarial	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Regime de Insolvência	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Administração Pública	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Empresas Públicas	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Justiça	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação
	Economia paralela e corrupção	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	alguns progressos	ainda sem avaliação

Fonte: Comissão Europeia

Legenda: **ausência de progressos** **progressos limitados** **alguns progressos**
progressos substanciais **plenamente executada** **ainda sem avaliação**

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Segue-se uma breve análise à evolução destas recomendações por domínio temático, tendo como ponto de chegada – e de partida - as Recomendações recebidas em junho de 2019, procurando-se complementar com o contributo regional sempre que tal se afigurar possível, uma vez que em determinados grupos e áreas de política o planeamento e intervenção cabem exclusivamente ao nível central.

2.1. Finanças públicas

Ao longo do período em análise predominam as recomendações sobre o reforço da sustentabilidade das **finanças públicas**, a curto e médio prazo (habitualmente REP1), com referências constantes ao sistema de pensões, sistema de saúde, empresas públicas e parcerias público-privadas. Apesar dos progressos registados neste domínio, culminando na saída do país do Procedimento por Défice Excessivo em 2017, continuam a registar-se desequilíbrios macroeconómicos, com níveis ainda elevados de dívida pública (e privada), baixo investimento público e a necessidade de melhorar o controlo e a eficiência da despesa pública. São ainda reconhecidas as melhorias introduzidas para a sustentabilidade dos sistemas de pensões e de saúde, mas a necessidade de responder a desafios como o envelhecimento ou o atraso persistente de pagamentos relativos aos hospitais, exigem, segundo a Comissão, medidas mais adequadas e/ou mais eficazes. Os FEEI não contribuem diretamente para esta recomendação, sendo ainda da competência do Estado Central a intervenção neste domínio.

Recomendações do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2019-2020

Recomendação 1. Atingir o objetivo orçamental de médio prazo em 2020, tendo em conta a permissão de desvio associada a ocorrências excecionais que justificam um desvio temporário. Utilizar as receitas extraordinárias para acelerar a redução do rácio da dívida das administrações públicas. Melhorar a qualidade das finanças públicas, dando prioridade às despesas favoráveis ao crescimento e reforçando simultaneamente o controlo geral das despesas, a eficiência em termos de custos e uma orçamentação adequada, com especial incidência na redução duradoura dos pagamentos em atraso nos hospitais. Melhorar a sustentabilidade financeira das empresas públicas, assegurando simultaneamente um controlo mais atempado, transparente e abrangente.

[COM \(2019\) 522 FINAL](#)

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

2.2. Mercado de trabalho, educação e políticas sociais

Relativamente às questões sociais e laborais, em que os fundos comunitários dão um forte contributo, esperando-se que assim se mantenha no próximo ciclo de programação, evidencia-se a preocupação europeia com o domínio relativo aos **mercados de trabalho**, nomeadamente a elevada segmentação e a necessidade de incentivar contratos permanentes, apesar de ser reconhecido o esforço nacional através do lançamento de várias medidas nos últimos anos para reduzir a proporção de trabalhadores com contratos não permanentes. Até 2017, foram ainda

alvo de recomendações sucessivas a necessidade de assegurar a coerência do salário mínimo com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade nos diferentes setores e a efetiva ativação dos públicos mais vulneráveis como os desempregados de longa duração ou os jovens não registados. A Região Centro, através do seu Programa Operacional, tem também procurado promover um **quadro propício à contratação**, tendo inclusive reforçado a dotação para apoios ao emprego e ao microempreendedorismo, operacionalizados sobretudo via Fundo Social Europeu (FSE), com especial enfoque nos territórios de baixa densidade e nas áreas que sofreram com os incêndios de junho e outubro de 2017. Com o reforço deste investimento pretende-se, ainda, promover a fixação das populações nos territórios de baixa densidade e atrair novos trabalhadores e empresas, promovendo a coesão territorial da região e, por extensão, do país. A Região Centro tem também apostado no apoio à contratação dos recursos humanos altamente qualificados (RHAQ) nas infraestruturas tecnológicas e científicas e na colaboração efetiva com empresas, tendo inclusive reforçado este apoio na fase da reprogramação.

Partindo do quadro de indicadores europeu para a monitorização da implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais⁴, que assenta em 20 princípios e direitos fundamentais estruturados em torno de

Recomendações do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2019-2020

Recomendação 2. Adotar medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho. Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais adequada às necessidades do mercado de trabalho. Aumentar o número de licenciados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação. Melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social.

COM (2019) 522 FINAL

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

três categorias (igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; proteção e inclusão sociais) dar-se-á conta do posicionamento da Região Centro nos vários domínios, complementando ainda com outros indicadores adicionais.

Figura 3. Indicadores síntese sobre mercado de trabalho

Áreas de Política	Indicadores	União Europeia	Portugal	Região Centro
Estrutura da mão-de-obra	Taxa de emprego (20-64)	73,2% [2018]	75,4% [2018]	76,6% [2018]
	Disparidades de género no emprego (em pontos percentuais, 20-64)	11,6pp [2018]	6,8pp [2018]	8,2pp [2018]
	Taxa de desemprego (15-74)	6,8% [2018]	7,0% [2018]	5,8% [2018]
	Taxa de atividade (15-64)	73,7% [2018]	75,1% [2018]	75,5% [2018]
	Taxa de desemprego jovem (15-24)	15,2% [2018]	20,3% [2018]	18,9% [2018]
Dinâmica do mercado de trabalho	Taxa de desemprego de longa duração (15-74)	2,9% [2018]	3,1% [2018]	2,5% [2018]
	Percentagem de trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 11 meses)	13,3% [2018]	15,1% [2018]	14,8% [2018]
	Percentagem de trabalhadores por permanência no emprego atual (5+ anos)	59,7% [2018]	62,1% [2018]	63,6% [2018]
Rendimentos	Taxa de risco de pobreza dos trabalhadores	9,5% [2018]	10,8% [2018]	11,3% [2018]

Fonte: INE e Eurostat, LFS e EU-SILC

(Obs.: ano de rendimento para EU-SILC)

Atualização: 10/12/2019

Segue-se uma breve síntese das principais conclusões:

- A Região Centro regista um aumento da taxa de emprego (20-64 anos) superior à média europeia e à média nacional, tendo subido de 69,9% para 76,6% entre 2013 e 2018, com a taxa de emprego masculina na região a registar 80,9% em 2018, face a 72,7% das mulheres.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

■ Por sua vez, a taxa de desemprego regional é inferior aos resultados europeu e nacional, registando 5,8%, com a taxa de desemprego das mulheres (6,5%) acima da taxa de desemprego dos homens (5,2%).

■ Quanto ao desemprego dos jovens (15-24 anos), consistentemente acima da taxa de desemprego total, este grupo foi particularmente atingido pelos impactos negativos da crise, atingindo um máximo na região de 36,6% em 2012. Em 2018, esta taxa situa-se abaixo da média nacional, com 18,9%, com as mulheres jovens a registar uma taxa superior aos homens (24,5% face a 15,1%).

■ No desemprego de longa duração⁵, observou-se na Região Centro um aumento contínuo até atingir 5,9% em 2014, estando a diminuir desde então, registando em 2018 apenas 2,5%.

■ No indicador referente à permanência no emprego atual, em 2018, a Região Centro tem cerca de mais 50 mil trabalhadores entre os 20 e os 64 anos do que em 2013/2014, mas este aumento deve-se sobretudo aos trabalhadores com permanência no trabalho inferior a dois anos. Ainda assim, 63,6% dos trabalhadores está há pelo menos 60 meses no trabalho atual, registo acima do valor nacional (62,1%) e do europeu (59,7%).

■ Estar empregado não é condição suficiente para sair da pobreza, ainda que o risco de pobreza dos trabalhadores portugueses (10,8% em 2018) seja bastante inferior ao risco de pobreza dos desempregados, que mais que quadruplica (47,5% para o mesmo ano). A Região Centro está acima da média nacional, com uma taxa de risco de pobreza dos trabalhadores de 11,3% em 2018.

Nos últimos dois anos, repetem-se as recomendações para o **sistema educativo** (aumentar a taxa de ingresso no ensino superior, nomeadamente nos domínios científicos e tecnológicos) e para as Competências e Aprendizagem ao Longo da Vida (melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital).

Por um lado, o baixo nível das qualificações dos trabalhadores portugueses permanece como um desafio a enfrentar nos próximos anos, com impactos ao nível do crescimento

⁵ Segundo dados do Eurostat, que diferem do INE (em 2018, para Portugal a taxa de DLD é de 3,6% e para a Região Centro é de 2,9%, tendo por fonte o INE) Segundo esclarecimento recebido, as diferenças entre as taxas de desemprego de longa duração (DLD) do INE e do Eurostat devem-se ao diferente modo de cálculo na duração da procura de emprego. Acresce o facto de o INE considerar a população ativa total (15 e mais anos) e o Eurostat restringi-la aos 74 anos (15 - 74 anos).

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro



da produtividade e das condições de vida e de trabalho dos portugueses. A ainda baixa escolaridade da população adulta aliada à sua fraca participação em ações de formação são obstáculos ao investimento, à empregabilidade e à mobilidade social. Neste domínio, urge a aposta do país no desenvolvimento das competências digitais da população.

Por outro lado, o Conselho, por proposta da Comissão, insta ainda o país a apostar na educação superior, em particular nas áreas TIC, ciências naturais e matemática, como forma de promover o crescimento da produtividade e a capacidade de inovação, reconhecendo os esforços já envidados pelo governo em aumentar o número de vagas nestas áreas e na reestruturação em curso do sistema de ensino superior.

A Região Centro tem estado empenhada em aumentar as qualificações da sua população, nomeadamente o **ingresso no ensino superior** e o nível geral de **competências da população**. Através do PO Centro, reforçou significativamente a dotação de medidas que fomentam o ingresso no ensino superior, em particular nos domínios científicos, bem como o aumento da componente de formação nos programas de qualificação da população. Salientam-se aqui os apoios TESP e a formação avançada, bem como a aposta na medida + Superior (bolsas criadas para incentivar a mobilidade no ensino superior para instituições no interior do país). Acresce ainda o reforço da dotação para apoios ao investimento de proximidade em equipamentos e infraestruturas de serviços básicos de educação bem como aos cursos de especialização tecnológica e aos programas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), contribuindo para objetivos nacionais como a prevenção e redução do abandono precoce da educação e formação e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Figura 4. Indicadores síntese sobre Educação e Qualificações

Áreas de Política	Indicadores	União Europeia	Portugal	Região Centro
Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24)	10,6% [2018]	11,8% [2018]	10,5% [2018]
	Taxa de participação de adultos em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (25-64)	11,1% [2018]	10,3% [2018]	10,9% [2018]
	Diplomados com ensino superior completo ou equivalente (30-34)	40,7% [2018]	33,5% [2018]	35,5% [2018]
Jovens	Jovens que não estão em emprego, formação ou educação (15-24)	10,5% [2018]	8,4% [2018]	7,2% [2018]

Fonte: INE e Eurostat, LFS

Atualização: 10/12/2019

À semelhança do ponto anterior, segue-se breve resumo do posicionamento da região:

- A Região Centro está abaixo da média nacional e da média europeia da taxa de abandono precoce do sistema de educação e formação, com 10,5%, mas regista uma diferença significativa entre homens (14,2%) e mulheres (6,7%). Apesar das melhorias assinaláveis na região e no país, é necessário manter o esforço de redução destes valores, que ainda são elevados, sobretudo no caso dos jovens do sexo masculino, tomando em consideração que as dinâmicas positivas no mercado de trabalho tendem a aliciar a saída precoce do sistema educativo.
- Complementarmente, esta análise deve ainda ser acompanhada pela observação da taxa de retenção e desistência no ensino secundário que, no ano 2017/2018, foi de 13,9% para o país e 12,2% para a Região Centro, com apenas a Região Norte a apresentar um resultado melhor (11,0%). Também aqui se registou um forte recuo nas últimas décadas, mas urge continuar o esforço nacional e regional neste sentido.
- O défice estrutural de qualificações é visível nos outros indicadores considerados pelo Pilar, como a taxa de participação de adultos (25-64 anos) em ações de aprendizagem ao longo da vida, registando, em 2018, um valor de 10,3% no país e 10,9% na Região

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Centro, com as mulheres novamente a apresentar melhores resultados (11,7%) face aos homens (10,1%).

■ Nos últimos anos, a percentagem de diplomados com ensino superior ou equivalente manteve-se praticamente inalterada no país, registando, em 2018, um valor de 33,5%, ao passo que na Região Centro é de 35,5%. Registam-se, contudo, diferenças assinaláveis entre homens e mulheres, com tendências claramente dissonantes: na Região Centro, mais de metade das mulheres (51,2%) nesta faixa etária já têm ensino superior ou equivalente, crescendo de forma consistente desde 2012. Para obter resultados neste domínio é necessário, por um lado, incentivar a participação e conclusão do ensino superior, e por outro, o país e a região devem ter a capacidade de reter e/ou atrair adultos jovens licenciados.

■ Em 2018, cerca de metade da população adulta (25-64 anos) ainda não tinha o ensino secundário completo (50,2%), com a Região Centro a apresentar um peso ligeiramente superior face à média nacional, isto é, 52,2%.

■ Quanto à população empregada com ensino superior completo, em Portugal esta representa 26,8% do total, ainda longe da média europeia de 35%, ao passo que na Região Centro é de 24,9%, a mais elevada a seguir à AM de Lisboa, que se distancia com o registo de 35,2%. No Centro, esta proporção equivale, em 2018, a 272,1 mil pessoas empregadas com ensino superior, das quais apenas cerca de 1/3 são homens (95,7 mil) e 176,4 mil são mulheres.

■ A taxa de jovens entre os 15 e os 24 anos que não estão em situação de emprego, ensino ou formação atingiu o seu valor mais elevado em Portugal no ano de 2013, com 14,1%, estando a diminuir desde então para registar 8,4% em 2018, já abaixo da média europeia de 10,5%. Na Região Centro, regista-se alguma oscilação, com a esta taxa a baixar pelo terceiro ano consecutivo e a registar 7,2%, não havendo praticamente diferenças de género.

■ De acordo com análise apresentada no Barómetro Centro de Portugal, em 2017, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 31,5 milhares de euros por trabalhador, representando 89,6% do total nacional e 54,0% da produtividade da

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

UE28. Apesar de a Região Centro vir a convergir lentamente para a média nacional, em 2017, afastou-se ligeiramente da média europeia e do valor máximo registado no ano anterior (de 54,2%). O Centro mantém-se como uma das regiões portuguesas com mais baixa produtividade do trabalho.

■ Quanto aos diplomados/os do ensino superior em áreas de C&T, em Portugal este número aumentou continuamente entre os anos letivos 2013/14 e 2016/17, passando de 20.473 em para 22.412, caindo ligeiramente em 2017/18. Na Região Centro registou-se uma tendência semelhante, com 4.661 diplomados em C&T em 2013/14 (cerca de 22,8% do total nacional) subindo para 5.418 em 2016/17, para no último ano registar 5.252 (23,6% do total nacional).

No domínio da **proteção social**, foi recomendada uma adequada cobertura da proteção social logo no período pós-crise, sobretudo para os grupos sociais mais vulneráveis, sendo que, em 2019, esta recomendação regressa mas com um carácter mais alargado, isto é, que se melhore a eficácia e a adequação da rede de proteção social. A este propósito, é reconhecido que as condições de vida dos portugueses melhoraram nos últimos anos, sobretudo devido à evolução positiva no mercado de trabalho, resultando na diminuição do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. No entanto, permanece a elevada desigualdade de rendimentos entre a população e o limitado impacto das transferências sociais na redução da pobreza, o que perante um ciclo económico menos favorável, pode ter efeitos negativos nos grupos mais vulneráveis.

Acresce ainda que a política de redistribuição se faz através de impostos e transferências sociais, sendo ambas funções acometidas ao Estado central, com consequências até na indisponibilidade de indicadores de reporte à escala infranacional.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Figura 5. Indicadores síntese sobre Proteção Social

Áreas de Política	Indicadores	União Europeia	Portugal	Região Centro
Desigualdades, condições de vida e pobreza	Desigualdade de rendimento (rácio S80/S20)	5,2 [2018]	5,2 [2018]	4,7 [2018]
	Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	21,9% [2018]	21,6% [2019]	20,4% [2019]
	Taxa de risco de pobreza	17,1% [2018]	17,2% [2018]	17,3% [2018]
	Taxa de privação material severa	5,9% [2018]	5,6% [2019]	4,1% [2019]
	Pessoas a viver em agregados com muito baixa intensidade trabalho	8,8% [2018]	6,2% [2018]	5,0% [2018]
Demografia	Esperança de vida aos 65 (homens)	18,1 [2017]	18,3 [2017]	18,2 [2017]
	Esperança de vida aos 65 (mulheres)	21,4 [2017]	22,1 [2017]	21,9 [2017]
	Índice de Envelhecimento		159 [2018]	199 [2018]

Fonte: INE e Eurostat, EU-SILC e ESTAT

(Obs.: ano de rendimento para EU-SILC)

Atualização: 10/12/2019

Destacam-se como principais resultados desta área de análise os seguintes:

- Em 2018, os resultados da Região Centro registam uma distribuição de rendimento menos desigual do que o resultado global apresentado para o país. O coeficiente de Gini regista 30,2% (face aos 31,9% do país) e o rácio S80/S20 é de 4,7 (face a 5,2 em Portugal). Centro, Norte e Alentejo apresentam valores de desigualdade inferiores aos nacionais, com as Regiões Autónomas e a AM Lisboa a evidenciarem elevados níveis de desigualdade face ao país.
- Em Portugal, reflexo da crise económica e financeira que o país atravessou nos primeiros anos da atual década, as condições de vida e rendimento dos portugueses agravaram-se, com o risco de pobreza e exclusão social a incidir em 27,5% da população portuguesa em 2013 e 2014. Desde então, tem vindo a recuar continuamente, inclusive

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

tendo já superado a meta indicativa de 'reduzir 200 mil pessoas' em 2017. Portugal reduziu, em 2019, cerca de 542 mil pessoas em situação de pobreza ou exclusão social face a 2008. Em 2019, a Região Centro apresenta-se como tendo um risco de pobreza ou exclusão social inferior ao nacional (20,4% versus 21,6%), depois de ter registado 23% em 2018. Apesar desta diminuição recente, quando olhamos para os indicadores que integram este indicador compósito, ainda subsiste como elevada a taxa de risco de pobreza da região (17,3% face ao valor nacional de 17,2%), uma vez que, tanto a taxa de privação material severa (4,1% face a 5,6% do país) como a proporção de pessoas com intensidade laboral per capita muito reduzida (5,0% face a 6,2% para Portugal), se encontram abaixo dos valores nacionais, sendo mesmo os baixos de todas as regiões NUTS II.

■ Globalmente, os amplos progressos recentes no indicador integrado devem-se à diminuição do desemprego e aumento da participação no mercado de trabalho, que produziram impactos muito significativos na redução da privação material severa e da muito baixa intensidade laboral per capita, além de um impacto mais contido na taxa de pobreza monetária.

■ Contudo, apesar da evolução positiva no mercado de trabalho e das melhorias introduzidas num conjunto de prestações sociais, sobretudo as orientadas para o combate à incidência, persistência e intensidade da pobreza, além de outras indutoras de inclusão social e coesão, a estruturalidade da pobreza subsiste como desafio a enfrentar pela maioria das regiões e, sobretudo, pelo país como um todo, tomando ainda em consideração a centralização de competências destes domínios.

■ A taxa de risco de pobreza monetária continua a ser bastante elevada nas zonas rurais, não obstante o recuo verificado nos últimos anos. Nas zonas urbanas, as zonas mais densamente povoadas registaram um aumento significativo do risco de pobreza monetária nos anos da crise, chegando a atingir 18,2% em 2014, mas está a diminuir nos anos mais recentes, registando agora um valor muito semelhante ao das zonas urbanas intermédias, que por sua vez têm mantido uma relativa estabilidade desde 2011.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

■ No indicador que reflete a esperança de vida aos 65 anos, a Região Centro fica ligeiramente abaixo dos valores nacionais, mas, ainda assim, registando melhor desempenho que a média europeia.

■ O retrato da região mostra um índice de envelhecimento bastante acima da média nacional, com 199 idosos por cada 100 jovens, apenas superado pela Região do Alentejo; e um índice de dependência de idosos também bastante elevado, isto é, 38 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa.

Sendo o Rendimento Social de Inserção uma medida destinada a pessoas ou famílias em situação de pobreza extrema, usar-se-á aqui como proxy da vulnerabilidade social na região. A última informação disponível no Barómetro Centro de Portugal, de outubro de 2019, dá conta de uma diminuição significativa dos beneficiários desta medida ao longo dos últimos anos na região, tendo registado cerca de 42,5 mil em 2018, o que representa 15,1% do total de beneficiários do país. Este valor correspondia a 21,8 beneficiários por cada mil habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos), o segundo menor entre as sete regiões portuguesas.

Em suma, da análise aos dados regionais disponíveis, a Região Centro apresenta, no cômputo geral, uma avaliação bastante positiva nos vários domínios que compõem esta Recomendação face ao posicionamento nacional, sendo que em indicadores relativos à igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho (como o abandono precoce de educação e formação, os jovens NEET, as condições materiais de vida ou as taxas de emprego e desemprego) os resultados superam mesmo a média europeia. Os resultados que parecem aqui destoar são os que remetem para a sustentabilidade demográfica da região, por um lado, e os que registam a incidência da pobreza monetária, com impacto consequente no resultado obtido no indicador compósito 'risco de pobreza ou exclusão social' precisamente por ser o indicador que, dos três que o compõem, o que maior peso tem. Contudo, este resultado deve ser lido com cautela, pois quando se complementa esta análise com as linhas de pobreza regionais, a taxa de risco de pobreza da Região

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Centro é de 15,9%, isto é, menos 1,4 pontos percentuais face à taxa de pobreza com base no limiar nacional, resultando evidente a influência dos elevados rendimentos medianos verificados na área metropolitana de Lisboa no limiar nacional. Releva ainda a incidência da pobreza da população empregada, frequentemente associada aos baixos salários e aos vínculos precários, mas cujas características do agregado familiar, neste contexto, devem ser tidas também em conta.

2.3. Políticas estruturais: Investimento em investigação e inovação, energia, ambiente e transportes

No domínio das **políticas estruturais**, Portugal recebeu de forma intermitente a recomendação para incentivar a cooperação entre as universidades e o setor empresarial, e de forma mais assídua a recomendação para reduzir barreiras regulamentares nalguns setores (construção, serviços) ou profissões altamente reguladas. Resultando de uma análise já iniciada no Relatório Relativo a Portugal de 2019, a Comissão volta a insistir nestas recomendações e

Recomendações do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2019-2020

Recomendação 3. Focalizar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação, nos transportes ferroviários e infraestruturas portuárias, na transição energética e para uma economia hipocarbónica, e no alargamento das interconexões energéticas, tendo em conta as disparidades regionais..

COM (2019) 522 FINAL

acrescenta outras nas áreas de política referentes aos Transportes, Energia, Recursos e Alterações Climáticas, contando, para o efeito, com a alavancagem dos fundos da UE para o próximo ciclo comunitário de programação. Em concreto, neste domínio foi recomendado a Portugal que focalize a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação, nos transportes ferroviários e infraestruturas portuárias, na transição energética e para uma economia hipocarbónica, e no alargamento das interconexões energéticas, tendo em conta as disparidades regionais (REP3). De facto, a Comissão considera que o investimento em I&D, apesar da recuperação nos últimos anos, é ainda insuficiente para melhorar o sistema de investigação e inovação de Portugal, sendo este crucial para estimular o investimento e o aumento da produtividade; considera também insuficientes as ligações ferroviárias e marítimas existentes, com repercussões negativas no potencial exportador

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

do país; no setor energético, regista a necessidade de melhorar a eficiência energética (em particular, nos edifícios e empresas) e a implantação das renováveis a partir de uma melhor conectividade ibérica neste setor; e na adaptação às alterações climáticas, assinala as dificuldades dos países em antecipar os efeitos adversos destas, ilustrando com os casos das inundações e incêndios florestais.

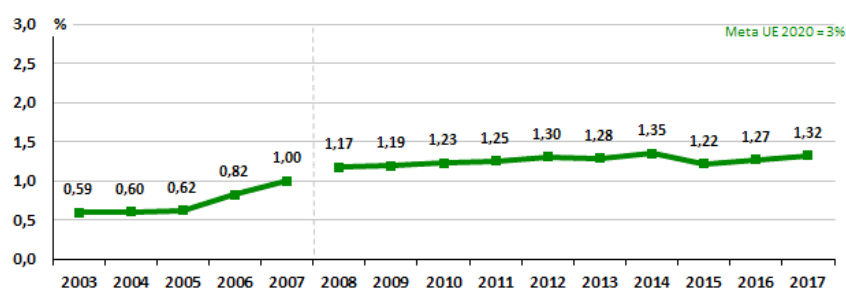
Com vista ao **reforço da cooperação entre os meios académico e empresarial**, eliminando os obstáculos à transferência de conhecimento e tecnologia e fomentando maiores oportunidades de colaboração com a indústria, a Região Centro tem procurado aumentar os apoios a programas de desenvolvimento científico, que capacitem as infraestruturas regionais para os desafios que se colocam no próximo período de programação, em particular a participação em redes colaborativas europeias e o aumento da concorrência no acesso aos apoios comunitários, e o reforço das ações de apoio à transferência de tecnologia e das ações de apoio à I&D empresarial a par de uma diminuição do apoio ao Investimento empresarial em ações inovadoras para não PME (devido à pouca procura do instrumento).

Este investimento da Região já está a colher frutos, esperando-se uma melhoria dos indicadores no futuro próximo:

■ Em 2017, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era de 485,5 M€, representando 18,8% da despesa nacional em I&D. Face a 2016, verificou-se um aumento no investimento de 8,6%. O seu peso PIB também aumentou na região para 1,32%, situando-se ligeiramente abaixo da média do país (1,33%). Este valor continua muito aquém da meta de 3% estabelecida para 2020. A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado, em 2017, situou-se nos 53,4%, superando a média nacional de 52,0%.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Gráfico 1. Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2017



Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2017 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2017 (%)	Peso do investimento em I&D no total nacional, 2017 (%)	Proporção do investimento em I&D do setor privado, 2017 (%)
Portugal	2.585.100	1,33	100,0	52,0
Norte	863.023	1,51	33,4	54,3
CENTRO	485.502	1,32	18,8	53,4
AMLéboa	1.107.907	1,58	42,9	51,0
Alentejo	72.154	0,57	2,8	54,4
Algarve	27.321	0,30	1,1	17,8
Açores	12.469	0,30	0,5	13,8
Madeira	16.723	0,36	0,6	28,4

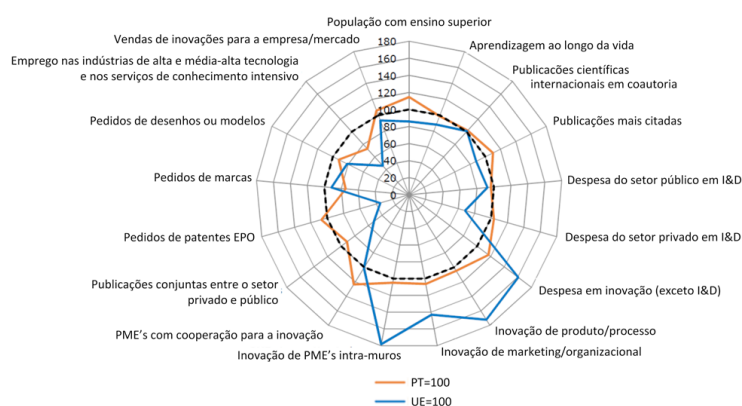
Fonte dados: INE Fonte: Barómetro Centro de Portugal (quebra de série em 2008)

■ Na edição de 2017 do Regional Innovation Scoreboard, que introduziu alterações metodológicas face às versões anteriores, a Região Centro foi classificada, nesse ano, como inovador moderado (terceiro grupo de desempenho em matéria de inovação), sendo que dentro deste é considerada inovador moderado + (o melhor nesta categoria). O Centro apresenta-se como a segunda região portuguesa com melhor desempenho em termos de inovação, mas inferior à média da União Europeia em 2017 (85,0%). No total das 220 regiões europeias aqui consideradas localiza-se na 121^a posição, enquanto que no grupo das 85 regiões inovadoras moderadas encontra-se na 8^a posição. Para este posicionamento contribuiu o seu bom desempenho relativo em variáveis como a despesa das empresas em inovação (exceto I&D), a proporção de PME's com inovação intra-muros, a proporção de PME's com inovação de produto/processo ou de marketing/organizacional⁶.

⁶ Tendo por base os níveis de inovação de 2011 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verifica-se que o desempenho da Região Centro diminuiu ao longo do tempo. No entanto, nos últimos anos tem-se registado uma aproximação aos valores de 2011.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Gráfico 2. Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do Regional Innovation Scoreboard



Posicionamento da Região Centro

Regional Innovation Scoreboard 2019			
	Categoria	% média europeia	Posição (238 regiões)
Portugal	Inovador moderado	-	-
Norte	Forte inovador -	92,7	100
CENTRO	Forte inovador -	91,6	105
AMLã boa	Forte inovador -	94,6	94
A lentejo	Inovador moderado	70,6	152
Algarve	Inovador moderado	74,1	148
Açores	Inovador moderado	63,5	167
Madeira	Inovador moderado	70,4	154

Nos indicadores de energia, não há muita informação disponível ao nível regional. Assim, de acordo com a informação apresentada no Barómetro Centro de Portugal, salienta-se o seguinte:

■ Em 2015, 56,4% da energia elétrica consumida na Região Centro foi produzida através de energias renováveis, enquanto no país este peso era de 47,2%. Em anos anteriores estes valores foram substancialmente mais elevados, mas 2015 foi um ano de seca, o que resultou no decréscimo da componente hídrica. O Centro manteve-se como a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia (a seguir à Região Norte), sendo, tendencialmente, mais produtora de energias renováveis do que consumidora. Assim, enquanto a quota regional de produção de energias renováveis se situava, em 2015, nos 30,8%, em termos de consumo de eletricidade fixava-se nos 25,8%.

■ Na Região Centro, o consumo de energia primária tem vindo a aumentar desde 2014, após sucessivas diminuições. Em 2017, o consumo de energia primária regional foi de 6,4 milhões de tep, o que representa 28,6% do consumo nacional, sendo a eficiência energética um desafio para a região. Relativamente à quantidade de energia primária

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que, na Região Centro, é necessário consumir mais energia primária para produzir riqueza do que, em termos médios, no país.

2.4. Setor financeiro e governação institucional

No domínio do **setor financeiro**, prevalecem as recomendações à redução do endividamento da economia e acesso ao financiamento por parte das empresas, complementando as recomendações recebidas no domínio da **Administração Pública e Ambiente Empresarial**, que enfatizam a necessidade de aumentar a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação de empresas, bem como de reduzir a carga administrativa e regulamentar sobre as empresas. Mais recentemente, e depois de uma referência logo em 2014, tem vindo a ser recomendado à área da Justiça que aumente a eficácia dos tribunais administrativos e fiscais. É ainda reiterada a

recomendação de execução mais rápida das garantias associadas a empréstimos não produtivos, de forma a aumentar a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação de empresas, que apesar das reformas jurídicas e institucionais recentes, continua a enfrentar sérias dificuldades no âmbito dos quadros legislativo e judicial.

A Comissão Europeia considera que as condições de acesso a financiamento por parte das empresas têm vindo a melhorar ao longo dos anos, reconhecendo-se o forte contributo dos fundos europeus para estes resultados. No entanto, chama-se a atenção para a necessidade de reduzir empréstimos não produtivos e aumentar o investimento produtivo, isto é, reorientado para empresas com potencial de crescimento e setores com perfis de produtividade elevados, recorrendo também a outras fontes de financiamento. Quanto ao sistema judicial, apesar de mais eficiente, refere-se que este ainda se

Recomendações do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2019-2020

Recomendação 4. Permitir uma execução mais rápida das garantias associadas a empréstimos não produtivos, aumentando a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação. Reduzir a carga administrativa e regulamentar que pesa sobre as empresas, principalmente através da redução dos obstáculos setoriais ao licenciamento. Elaborar um roteiro para reduzir as restrições nas profissões altamente regulamentadas. Aumentar a eficácia dos tribunais administrativos e fiscais, em especial através da redução da duração dos processos

COM (2019) 522 FINAL

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

debate com números elevados de processos em atraso e processos morosos, sobretudo nos tribunais administrativos e fiscais.

A Região Centro tem também assumido o seu contributo para esta prioridade – e desafio – nacional, procurando desde logo garantir maiores ganhos de competitividade e produtividade e melhorar o acesso das empresas ao financiamento, tendo inclusive reforçado a dotação aos sistemas de incentivos às empresas, uma vez que o instrumento proposto induz ao investimento inovador das PME e melhora as condições para execução de projetos.

Em termos de diagnóstico regional, a informação disponível para o 2º trimestre de 2019 vai ao encontro deste investimento e evidencia um maior dinamismo no setor empresarial regional, observando-se um aumento das empresas constituídas e uma redução significativa das ações de insolvência face ao período homólogo. O peso do crédito vencido no total do crédito concedido continua a diminuir, atingindo o valor mais baixo dos últimos sete anos (8,5% no 2T2019, abaixo da média nacional de 8,8%).

Figura 6 - Indicadores síntese sobre Empresas

Empresas	2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018 média trimestral	2017
Empresas constituídas							
Portugal	número	11.524	15.754	11.232	9.501	11.219	10.126
	v. h. (%)	2,7	17,8	14,6	4,9	15,6	11,9
Centro	número	1.708	2.521	1.583	1.361	1.651	1.539
	v. h. (%)	3,5	26,4	19,1	-5,3	7,1	3,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras							
Portugal	milhões €	68.908	68.755	69.071	71.798	72.179	74.305
	v. h. real (%)	-5,0	-6,8	-5,6	-4,3	-4,5	-4,6
Centro	milhões €	13.455	13.270	13.186	13.859	13.862	13.833
	v. h. real (%)	-3,4	-5,6	-2,7	-1,3	-1,8	-5,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)							
Portugal	%	8,8	9,0	9,4	12,0	12,6	14,6
Centro	%	8,5	8,7	9,3	10,9	11,0	12,2
Ações de Insolvência							
Portugal	número	1.443	1.530	1.726	1.233	1.922	1.660
	v. h. (%)	-24,9	-11,5	1,8	16,5	10,0	-0,5
Centro	número	268	274	314	233	350	291
	v. h. (%)	-23,4	-14,4	2,3	21,4	16,7	-23,8

Fontes de dados: Banco de Portugal, INE e Iberinform, Crédito y Caución

Fonte: Centro de Portugal Boletim Trimestral nº 43

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

Notas finais

Por fim, cabe ainda aqui sublinhar o exercício de permanente confluência entre o Portugal 2020 e as Recomendações Específicas ao País. Tanto no momento da programação, como na reprogramação proposta pelo país e aprovada pela Comissão Europeia em 2018, o país e as regiões trabalharam em conjunto para responder aos desafios identificados no Programa Nacional de Reformas e aos constrangimentos sinalizados pelos serviços europeus e respetivas recomendações endereçadas (REP), tendo inclusive sido necessário introduzir alterações nos programas operacionais temáticos e regionais que permitissem reforçar esse alinhamento entre as REP e o Acordo de Parceria Portugal 2020.

Com os fundos disponibilizados pela política de coesão, a Região Centro tem assumido como traves mestras do desenvolvimento sustentável da região os incentivos às empresas e à economia regional, os apoios à valorização do território (mobilidade urbana sustentável, reabilitação urbana e valorização dos territórios de baixa densidade) e às qualificações (através da aposta nas vias profissionalizantes no ensino secundário, na qualificação de adultos e desenvolvimento de competências, na promoção da empregabilidade através de políticas ativas de emprego). Fica, assim, patente a aposta clara e inequívoca da Região Centro no crescimento inteligente e inclusivo, dois dos desígnios da Estratégia Europa 2020: por um lado, com as medidas destinadas às empresas, ao emprego, à formação e à qualificação da população a dar um contributo decisivo para o potencial de inovação e de competitividade da região/país, sendo esta uma das debilidades estruturais da economia regional/nacional; por outro, estas mesmas medidas e outras de cariz mais social, como o investimento em serviços de interesse geral, a contribuir para a melhoria das condições de vida e rendimento dos portugueses, respondendo a outras debilidades estruturais como os ainda elevados níveis de precariedade, pobreza e exclusão social na região e no país.

A partir das REP 2019 e da proposta apresentada pela Comissão Europeia sobre a forma como os futuros fundos da política de coesão da União Europeia poderão ajudar a dar resposta às necessidades específicas de investimento em Portugal, a Região Centro tem agora pela frente o desafio – e a oportunidade – de promover a discussão com os

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

stakeholders regionais e nacionais sobre as suas prioridades em matéria de especialização inteligente, qualificação, inclusão social, inovação, entre outras, delineando a sua estratégia regional para a próxima década e respetivo posicionamento em futuros programas da política de coesão.

Pese embora a nota positiva dos resultados já alcançados pela Região Centro no contexto nacional (e até europeu, como se viu na análise aos indicadores acima reportados), esta não invalida a análise da Comissão Europeia feita ao país e às regiões, pois há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de consolidar o trabalho feito, enfrentar as dificuldades e obstáculos de carácter mais estrutural que vão persistindo e esbater as disparidades sociais e económicas que ainda afastam a Região Centro das regiões europeias mais avançadas.

Numa nota mais global, aquando da apresentação do **2019 Europe Sustainable Development Report**, a 19 de novembro de 2019, tendo este sido o primeiro relatório europeu preparado por uma rede de peritos independentes, é feita uma análise transversal onde se conclui que os maiores desafios europeus estão nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativos ao clima, biodiversidade e economia circular, além da convergência na qualidade de vida e bem-estar, dadas as discrepâncias entre/intra regiões/países. **Portugal**, que surge classificado em 15º lugar do ranking dos 28 Estados Membros, regista **enormes desafios** a ultrapassar nos ODS 9, 12, 14 e 15 (indústria, inovação e infraestruturas; produção e consumo sustentáveis; proteger a vida marinha e terrestre). A Região Centro está atenta e terá em consideração, na medida do possível, os desafios críticos identificados para a União Europeia e para o país na sua estratégia regional.

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

ANEXO 1

Recomendação do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2014-2015

COM (2014) 423 final - (2014/C 247/20)

1. Aplicar plenamente a estratégia orçamental de 2014, a fim de atingir os objetivos orçamentais e evitar a acumulação de novos pagamentos em atraso. Relativamente ao ano de 2015, aplicar rigorosamente a estratégia orçamental conforme estabelecido no Documento de Estratégia Orçamental de 2014, a fim de reduzir o défice para 2,5 % do PIB, em sintonia com a meta fixada na recomendação formulada no âmbito do procedimento relativo aos défices excessivos, procedendo simultaneamente ao necessário ajustamento estrutural. Substitua as medidas de consolidação consideradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional por medidas de dimensão e qualidade análogas, o mais rapidamente possível. A correção da situação de défice excessivo deverá ser efetuada de uma forma sustentável e favorável ao crescimento, limitando o recurso a medidas extraordinárias/temporárias. Após a correção da situação de défice excessivo, prosseguir o ajustamento estrutural anual programado no sentido do objetivo a médio prazo, em conformidade com o requisito de um ajustamento estrutural anual de, pelo menos, 0,5 % do PIB, e superior em períodos favoráveis, e assegurar que a regra relativa à dívida seja cumprida a fim de colocar o elevado rácio da dívida geral numa trajetória sustentável. Dar prioridade à consolidação orçamental baseada nas despesas e aumentar a eficiência e qualidade das despesas públicas. Manter um controlo rigoroso das despesas da administração central, regional e local. Prosseguir com a reestruturação das empresas públicas. Desenvolver uma solução duradoura a fim de assegurar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões até ao final de 2014. Controlar o crescimento das despesas de saúde e prosseguir com a reforma hospitalar. Examinar o regime fiscal e torná-lo mais favorável ao crescimento. Continuar a melhorar o controlo do cumprimento das obrigações fiscais e a luta contra a evasão fiscal mediante o aumento da eficiência da administração fiscal. Reforçar o sistema de gestão das finanças públicas finalizando e aplicando rapidamente a abrangente reforma da Lei de Enquadramento Orçamental até ao final de 2014. Garantir o cumprimento rigoroso da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Aplicar eficazmente tabelas únicas de salários e suplementos no setor público a partir de 2015.

2. Manter a evolução do salário mínimo coerente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade. Assegurar um sistema de fixação de salários que promova o alinhamento dos salários e da produtividade a nível setorial e/ou a nível de empresa. Explorar, em consulta com os parceiros sociais e de acordo com as práticas nacionais, a possibilidade de prever modalidades de derrogação («opt-out») a nível de empresa a acordos coletivos setoriais acordadas entre os empregadores e os representantes dos trabalhadores. Até setembro de 2014, apresentar propostas sobre modalidades

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

de derrogação a nível de empresa a acordos coletivos setoriais acordadas entre empregadores e representantes dos trabalhadores, bem como sobre a revisão da sobrevivência de acordos coletivos.

3. Apresentar, até março de 2015, uma avaliação independente das recentes reformas do sistema de proteção do emprego, juntamente com um plano de ação para possíveis reformas adicionais a fim de dar resposta à questão da segmentação do mercado de trabalho. Prosseguir a reforma em curso das políticas ativas de emprego e dos serviços públicos de emprego a fim de aumentar as taxas de emprego e de participação no mercado de trabalho, nomeadamente melhorando a orientação profissional/assistência na procura de emprego e sistemas de ativação/sanções com vista a reduzir o desemprego de longa duração e a integrar as pessoas que se encontram mais afastadas do mercado de trabalho. Dar resposta à questão do desemprego dos jovens, nomeadamente mediante uma efetiva antecipação das competências necessárias e de uma intervenção relativamente a jovens não registados, em conformidade com os objetivos da «Garantia para a Juventude». Aumentar o limiar de elegibilidade para o regime de rendimento mínimo. Garantir uma cobertura adequada da assistência social, assegurando simultaneamente a ativação efetiva dos beneficiários.

4. Melhorar a qualidade e relevância do sistema de ensino para o mercado de trabalho, a fim de reduzir o abandono escolar precoce e abordar a questão das baixas taxas de desempenho do ensino. Assegurar a eficiência das despesas públicas no setor da educação e reduzir a falta de correspondência das competências relativamente ao mercado de trabalho, designadamente melhorando a qualidade e a capacidade de atração do ensino e formação profissionais e incentivando a cooperação com o setor empresarial. Reforçar a cooperação entre a investigação pública e a setor empresarial e impulsionar a transferência de conhecimentos.

5. Acompanhar a situação de liquidez dos bancos e potenciais insuficiências de capital, nomeadamente mediante inspeções temáticas no local e testes de esforço. Prosseguir a avaliação dos planos de recuperação dos bancos e introduzir melhorias no processo de avaliação, quando necessário. Aplicar uma estratégia abrangente para reduzir o nível excessivo de endividamento das empresas e reforçar os esforços destinados a alargar o leque de alternativas de financiamento, incluindo para fases precoces da evolução das empresas, pela melhoria da eficácia dos instrumentos de reestruturação da dívida (em especial, PER e SIREVE) para as empresas viáveis, introduzindo incentivos para os bancos e os devedores realizarem processos de reestruturação numa fase precoce e melhorando a disponibilidade de financiamento através do mercado de capitais. Assegurar que as medidas identificadas apoiam a afetação do financiamento para os setores produtivos da economia. Aplicar, até ao final de setembro de 2014, um sistema de alerta precoce para detetar empresas com fracas condições financeiras, incluindo PME, a fim de apoiar uma reestruturação precoce das dívidas das empresas, diminuindo os empréstimos das PME em atraso de pagamento e acelerando a resolução de empréstimos mal parados.

6. Aplicar o segundo e terceiro pacotes de medidas no setor da energia destinados a reduzir os custos da energia para a economia, eliminando simultaneamente o défice tarifário do setor da eletricidade até 2020, e acompanhar de perto a sua

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

aplicação. Melhorar a integração transfronteiras das redes de energia e acelerar a execução dos projetos de interligação das redes de eletricidade e gás. Aplicar o plano abrangente de longo prazo de transportes, bem como o «cronograma» que estabelece as reformas do setor portuário. Assegurar que a renegociação das concessões portuárias existentes, bem como os novos regimes de autorização, são orientados para os resultados e estão em consonância com os princípios do mercado interno, em especial das regras aplicáveis aos contratos públicos. Assegurar que a autoridade reguladora nacional para os transportes (AMT) seja totalmente independente e esteja operacional até ao final de setembro de 2014. Assegurar a sustentabilidade financeira das empresas públicas no setor dos transportes. Reforçar a eficiência e a concorrência no setor ferroviário, aplicando o plano para a competitividade da CP Carga, após a transferência dos terminais de mercadorias, e assegurando a independência administrativa do gestor da infraestrutura pública e das empresas ferroviárias.

7. Melhorar o processo de avaliação do mercado português da habitação, incluindo a criação, até ao final de novembro de 2014, de um quadro mais sistemático de acompanhamento e comunicação de informações e a elaboração de um relatório aprofundado sobre a economia paralela nesse mercado. Prosseguir os esforços para a realização de inventários adicionais dos encargos regulamentares com vista a incluir, até março de 2015, setores ainda não abrangidos. Adotar e aplicar, até ao final de setembro de 2014, os decretos pendentes relativos a licenças e as alterações setoriais. Eliminar, até ao final de setembro de 2014, as restrições ainda existentes no setor dos serviços profissionais e adotar os estatutos alterados dos órgãos profissionais que ainda não tenham sido adotados no âmbito do Programa de Ajustamento Macroeconómico. Eliminar os atrasos nos pagamentos do setor público. Garantir recursos adequados aos reguladores nacionais e à autoridade da concorrência e adotar rapidamente os estatutos da autoridade nacional da concorrência.

8. Prosseguir com a racionalização e modernização da administração pública central, regional e local. Aplicar as reformas a fim de melhorar a eficácia do sistema judicial e aumentar a transparência. Intensificar os esforços de avaliação da execução das reformas empreendidas no âmbito do Programa de Ajustamento Macroeconómico, bem como de reformas programadas e futuras. Em particular, introduzir avaliações sistemáticas e obrigatórias ex ante e ex post no processo legislativo. Estabelecer uma unidade de avaliação central a nível governamental, funcionalmente independente, que avalie e apresente semestralmente relatórios sobre a aplicação destas reformas, incluindo a coerência com a avaliação de impacto ex ante, com medidas corretivas se necessário.

Recomendação do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2015-2016

COM (2015) 271 final - (2015/C 272/25)

1. Assegurar uma correção duradoura do défice excessivo em 2015, tomando as medidas necessárias. Obter um ajustamento orçamental de 0,6 % do PIB no sentido da realização do objetivo orçamental de médio prazo em 2016. Utilizar

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

as receitas excecionais para acelerar a redução do défice e da dívida. Aplicar a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso a fim de melhorar o controlo das despesas. Melhorar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões. Garantir a sustentabilidade financeira das empresas públicas. Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e a eficiência da administração fiscal.

2. Promover o alinhamento entre os salários e a produtividade, em consulta com os parceiros sociais e em conformidade com as práticas nacionais, tomando em consideração as diferenças em termos de competências e as condições do mercado de trabalho local, bem como as divergências em termos de desempenho económico entre regiões, setores e empresas. Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade.

3. Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego, nomeadamente através de um maior alcance junto dos jovens não registados. Assegurar a ativação efetiva dos beneficiários de prestações sociais e uma cobertura adequada da proteção social, nomeadamente do regime de rendimento mínimo.

4. Tomar medidas suplementares para reduzir o nível excessivo de endividamento das empresas, solucionar a questão do rácio de empréstimos de má qualidade das empresas nos bancos e reduzir os incentivos ao endividamento na tributação das empresas. Melhorar a eficiência dos instrumentos de reestruturação da dívida para empresas viáveis mediante a introdução de incentivos para os bancos e os devedores participarem em processos de reestruturação numa fase precoce.

5. Acelerar as medidas e aumentar a transparência no que diz respeito às concessões, nomeadamente no setor dos transportes, e às parcerias público-privadas a nível local e regional.

Recomendação do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2016-2017

COM(2016) 342 final - (2016/C 299/26)

1. Garantir uma correção sustentável do défice excessivo, de acordo com as decisões ou recomendações relevantes no âmbito do procedimento relativo aos défices excessivos, adotando para tal as medidas estruturais necessárias e fazendo uso de todos os ganhos extraordinários para reduzir o défice e a dívida. Seguidamente, atingir um ajustamento orçamental anual de pelo menos 0,6 % do PIB. Proceder, até fevereiro de 2017, a um profundo reexame da despesa e reforçar o controlo das despesas, a eficácia em termos de custos e a orçamentação adequada a todos os níveis da administração pública. Garantir a sustentabilidade de longo prazo do setor da saúde, sem comprometer o acesso aos cuidados de saúde primários. Tornar o sistema de pensões menos dependente de transferências orçamentais. Até ao final de 2016, reorientar os planos de reestruturação em curso das empresas públicas.

2. Em consulta com os parceiros sociais, assegurar a coerência do salário mínimo com os objetivos de promoção do

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

emprego e da competitividade nos diferentes setores.

3. Garantir a ativação efetiva dos desempregados de longa duração e melhorar a coordenação entre os serviços de emprego e os serviços sociais. Reforçar os incentivos para que as empresas contratem pessoal em regime de contratos permanentes.

4. Tomar medidas, até outubro de 2016, para facilitar o saneamento dos balanços das instituições de crédito e fazer frente aos níveis elevados de crédito em risco. Tornar o regime de fiscalidade das empresas menos propício ao recurso ao endividamento e melhorar o acesso ao financiamento através do mercado de capitais para as start-up e as pequenas e médias empresas.

5. Reforçar a transparência e a eficiência da contratação pública no que se refere às parcerias público-privadas e às concessões. Até ao final de 2016, melhorar e acelerar os processos administrativos e de licenciamento, acelerar a resolução dos litígios fiscais e reduzir as barreiras regulamentares, em especial nos serviços às empresas. Incentivar a cooperação entre as universidades e o setor empresarial.

Recomendação do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2017-2018

COM(2017) 521 final - (2017/C 261/21)

1. Garantir a sustentabilidade da correção do défice excessivo. Desenvolver um esforço orçamental significativo em 2018 em linha com os requisitos da vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tendo em conta a necessidade de reforçar a recuperação em curso e de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas portuguesas. Usar receitas extraordinárias para acelerar a redução do nível da dívida pública. Intensificar os esforços para alargar o reexame da despesa a fim de abranger uma parte considerável da despesa pública em diversas políticas. Reforçar o controlo da despesa, a eficácia em termos de custos e a orçamentação adequada, em especial no setor da saúde, com destaque para a redução dos atrasos de pagamentos nos hospitais e a garantia da sustentabilidade do sistema de pensões. Para aumentar a sustentabilidade financeira das empresas públicas, definir metas de eficiência para setores específicos a incluir no Orçamento de 2018, a fim de melhorar o rendimento líquido global das empresas públicas e diminuir os encargos que pesam sobre o orçamento de Estado.

2. Promover a contratação de trabalhadores com contratos de duração indeterminada, nomeadamente mediante a revisão do regime jurídico. Garantir a ativação efetiva dos desempregados de longa duração. Juntamente com os parceiros sociais, assegurar que a evolução do salário mínimo não prejudica o emprego dos trabalhadores pouco qualificados.

3. Intensificar os esforços no sentido do saneamento dos balanços das instituições de crédito, mediante a aplicação de uma estratégia global que dê resposta ao problema dos créditos não produtivos, inclusive pelo reforço do mercado

O Semestre Europeu e as Recomendações a Portugal: posicionamento da Região Centro

secundário para ativos de má qualidade. Melhorar o acesso ao capital, em particular para as start-ups e as pequenas e médias empresas.

4. Pôr em prática um plano para continuar a reduzir os encargos administrativos e eliminar obstáculos regulamentares nos setores da construção e dos serviços até ao final de 2017. Aumentar a eficácia dos processos fiscais e de insolvência.

Recomendação do Conselho da União Europeia a Portugal para o período 2018-2019

COM (2018) 421 final - (2018/C 320/21)

1. Assegurar que, em 2019, a taxa de crescimento nominal da despesa pública primária líquida não exceda 0,7 %, o que corresponde a um ajustamento estrutural anual de 0,6 % do PIB. Utilizar ganhos excecionais para acelerar a redução do rácio da dívida das administrações públicas. Reforçar o controlo da despesa, a relação custo-eficácia e o rigor da orçamentação, em especial no setor da saúde, com destaque para a redução dos pagamentos em atraso no setor hospitalar. Melhorar a sustentabilidade financeira das empresas públicas, nomeadamente através do aumento do respetivo rendimento líquido global e da redução da dívida.

2. Promover um quadro propício à contratação de trabalhadores com base em contratos de duração indeterminada, inclusive mediante a revisão do quadro jurídico em consulta com os parceiros sociais. Aumentar o nível de competências da população adulta, incluindo a literacia digital, reforçando e alargando para o efeito a cobertura da componente de formação nos programas de qualificação da população adulta. Aumentar o ingresso no ensino superior, em especial nos domínios científicos e tecnológicos.

3. 3. Reforçar a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação de empresas e reduzir os obstáculos ao mercado secundário no que diz respeito aos créditos não produtivos. Melhorar o acesso das empresas ao financiamento. Reduzir a carga administrativa encurtando os prazos processuais, recorrendo com maior frequência à aprovação tácita e reduzindo os requisitos de apresentação de documentos. Eliminar as restrições regulamentares persistentes, assegurando a correta aplicação do quadro normativo aplicável às profissões fortemente regulamentadas. Reforçar a eficiência dos tribunais administrativos, nomeadamente através da diminuição da duração dos processos.



CENTRO 

 **PORTUGAL**
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento